

4.^a

No caso do concorrente ser estrangeiro, deverá juntar á proposta uma declaração autentica de que se sujeita ás reis e aos tribunaes portugueses, em tudo quanto tiver relação com a sua concessão, no caso de esta vir a ser-lhe adjudicada, e um documento pelo qual prove que está naturalizado ou reside em território português há mais de seis meses.

5.^a

O concorrente poderá fazer-se representar por procurador bastante, devendo neste caso juntar também á sua proposta procuração com poderes especiais para todos os actos do concurso e da licitação, quando esta deva ter lugar.

6.^a

As propostas de preço do foro, a que se refere a condição 2.^a, serão encerradas com os documentos designados nas condições 3.^a, 4.^a e 5.^a, num sobreescrito com a seguinte legenda:

«Proposta para o aforamento de ..., no terreno sito em ..., distrito de ..., na província de ..., a que se refere o anuncio publicado nos ... n.^o ..., de ...».

7.^a

Serão excluídas do concurso as propostas que não satisfizerem ás condições 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a e 6.^a d'este programma.

8.^a

Não serão consideradas quaisquer offertas de vantagens além da oferta de preço, que nunca poderá ser inferior á base para a hasta publica.

9.^a

Quando dois ou mais concorrentes tiverem oferecido o mesmo preço de foro e este seja maximo entre todas as propostas, proceder-se-ha em acto continuo a licitação verbal, somente entre os ditos concorrentes, pelo espaço de um quarto de hora, sendo os lances oferecidos pelos concorrentes segundo a ordem de recepção das respectivas propostas.

10.^a

O Governo reserva-se o direito de não confirmar a adjudicação feita pelo governador geral da província de Angola, quando isso convenha aos interesses do Estado.

11.^a

Perderá o direito á concessão e ao depósito designado na condição 3.^a o concorrente preferido que não apresentar na Direcção Geral das Colónias, na secretaria do Governo Geral da província de Angola, o certificado do depósito de caução, na importancia de 25\$000 réis, feito respectivamente na Caixa Geral de Depósitos, no cofre da Fazenda provincial ou do distrito supracitado, devendo este depósito effectuar-se no prazo de sessenta dias, contados da data da publicação do despacho de adjudicação no Boletim Oficial da província, quando realizado na Caixa Geral de Depósitos, e no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do mesmo despacho no Boletim Official, quando o depósito for efectuado no cofre da Fazenda provincial.

12.^a

As propostas de preço designadas na condição 2.^a e os documentos mencionados nas condições 3.^a e 4.^a deverão ser escritos em papel sellado.

Direcção Geral das Colónias, em 20 de novembro de 1910.—O Director Geral, J. M. Teixeira Guimarães.

Condições de aforamento do terreno a que se refere o anuncio d'esta data

1.^a

A base para a hasta publica é de 2 réis por metro quadrado.

2.^a

A adjudicação referir-se-ha somente á area de terreno sobre que não haja sido interposto impedimento pelas autoridades ultramarinas, ou reclamações de particulares cujo processo demonstre não terem fundamento, ficando o adjudicatário obrigado a adquirir, pelo preço da adjudicação, as parcelas de terreno que forem objecto de reclamações não fundamentadas.

3.^a

Os emphyteutas ficam obrigados ao cumprimento, na parte que lhes diz respeito, da carta de lei de 9 de maio de 1901 e regulamento geral provisório de 2 de setembro do mesmo anno, na parte não alterada pelas instruções provisórias aprovadas por decreto de 30 de outubro de 1902, d'estas mesmas instruções e do disposto no decreto de 27 de novembro de 1902.

Direcção Geral das Colónias, em 20 de novembro de 1910.—O Director Geral, J. M. Teixeira Guimarães.

MINISTERIO DO FOMENTO

Direcção Geral do Commercio e Industria Repartição do Commercio

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, em harmonia com o que dispõe o § unico do artigo 31.^o do regulamento do serviço e operações das bolsas de fundos públicos e particulares e outros papéis de crédito, aprovado por decreto de 10 de outubro de 1901, modificado pelo de 24 de dezembro do mesmo anno, que as horas da Bolsa de fundos públicos e

particulares, créditos e obrigações mercantis de Lisboa, passem a ser das duas ás tres horas e meia da tarde, excepto aos sabbados, em que funcionará do meio dia á uma hora e meia da tarde, quando este dia não for o primeiro ou o ultimo do mês, destinando-se a primeira hora para operações de contado e a meia hora seguinte para operações a prazo.

Paços do Governo da Republica, aos 23 de dezembro de 1910.—O Ministro do Fomento, Manuel de Brito Camacho.

BANCO MERCANTIL DE VIANNA

Balanço em 28 de fevereiro de 1910

ACTIVO

Caixa.....	4:477,5516
Caixa — depositado em outros Bancos.....	5:297,4535
Fundos fluctuantes.....	70:872,620
Acções de conta propria.....	89:500,000
Letras descontadas.....	71:606,095
Letras a receber.....	5:624,083
Agencias e correspondencias.....	8:872,3565
Contas correntes com garantia.....	28:243,695
Emprestimos sobre penhores.....	1:520,000
Devedores geraes.....	28:628,076
Moveis e utensilios.....	400,000
Hypothecas de raiz.....	18:744,6710
Predios arrematados.....	4:613,655
Caução da gerencia.....	4:000,000
Valores depositados.....	66:895,000
	404:295,5380

PASSIVO

Capital.....	250:000,000
Fundo de reserva.....	22:000,000
Reserva para prejuizes eventuaes.....	2:237,5580
Depositantes á ordem.....	32:200,000
Depositantes a prazo.....	12:636,4872
Dividendos a pagar.....	3:772,3750
Credores geraes.....	7:345,0003
Gerencia do Banco.....	4:000,000
Credores de valores depositados.....	66:895,000
Ganhos e perdas.....	3:207,5580
	404:295,5380

Vianna do Castello, 7 de março de 1910.—Pelo Banco Mercantil de Vianna, os Gerentes, Antonio Gonçalves da Silva Carvalho = J. J. Lopes Guimarães.

Está conforme o duplicado que fica archivado nesta repartição.

Repartição do Commercio, em 12 de novembro de 1910.—Pelo Chefe da Repartição, J. da C. Terenas.

BANCO DE CHAVES

(Sociedade anonyma de responsabilidade limitada)

Capital 400:000\$000 réis

Balançete em 28 de fevereiro de 1910

ACTIVO

Caixa — Dinheiro em cofre.....	19:188,5087
Fundos fluctuantes.....	58:928,040
Acções proprias existentes em carteira antes da promulgação do decreto de 11 de julho de 1894	146:950,000
Letras (sobre o país) descontadas e transferencias.....	170:893,5196
Letras a receber.....	7:424,5746
Letras protestadas em juizo.....	6:671,5636
Emprestimos a camaras municipaes.....	9:908,5867
Agencias e correspondentes, seus debitos.....	16:755,663
Moveis e utensilios.....	700,000
Devedores geraes, seus debitos.....	128:688,3735
Propriedades em venda	16:626,5004
	577:085,5034

PASSIVO

Capital.....	400:000,000
Fundo de reserva.....	61:000,000
Depositos á ordem.....	26:590,112
Ditos a prazo.....	60:942,4140
Dividendos a pagar	12:706,400
Ganhos e perdas.....	8:981,5725
Agencias e correspondentes, seus creditos	6:815,057
	577:085,5034

Chaves, 3 de março de 1910.—Os Directores, Antonio José Machado = João Antonio Pereira.

Está conforme o duplicado que fica archivado nesta repartição.

Repartição do Commercio, em 12 de novembro de 1910.—Pelo Chefe da Repartição, J. da C. Terenas.

BANCO COMMERCIAL DE GUIMARÃES

Balançete do activo e passivo em 28 de fevereiro de 1910

ACTIVO

Caixa — dinheiro em cofre.....	11:913,8483
Fundos fluctuantes.....	3:940,000
Acções proprias existentes em carteira antes da promulgação do decreto de 11 de julho de 1894	55,000
Letras descontadas e transferencias.....	168:545,5615
Letras a receber	338,660
Emprestimos e contas correntes com caução	18:849,5880
Correspondentes no país	15:261,5430
Devedores geraes	14:821,5373
Letras protestadas e em liquidação	27:993,5760
Emprestimos sobre hypothecas	4:455,5214
Propriedades arrematadas	21:332,5539
Efeitos depositados	11:850,000
Edificio do Banco	10:000,000
Moveis, casa forte e utensilios	400,000
	309:257,5314

PASSIVO

Capital.....	146:000,000
Fundo de reserva.....	4:880,000
Fundo para liquidações	22:284,4395
Depositos á ordem	2:811,5815
Depositos a prazo	40:988,5739
Dividendos a pagar	4:850,000

Credores geraes	73:442,65656
Correspondentes no país	626,5410
Credores por efeitos depositados	11:850,000
Lucros e perdas	1:572,5499
	309:257,5314

Guimarães, 28 de fevereiro de 1910.—Os Directores, Manuel Antonio da Silva Villaça = Joaquim Ferreira dos Santos.

Está conforme o duplicado que fica archivado nesta repartição.

Repartição do Commercio, em 12 de novembro de 19